Pesquisa revela que congestionamento na Justiça recuou nos últimos anos

A taxa de congestionamento nas justiças Federal e Estadual caiu em 3% e 7% respectivamente, nos últimos três anos, mas apesar do aumento do número de sentenças, continua elevada a quantidade de novos casos, chegando a 2,6 milhões em 2007, na Justiça Federal, e 17,4 milhões na Justiça Estadual. Os dados fazem parte do *Justiça em Números*, sistema de estatística do Poder Judiciário.

Os dados mostram ainda que na Justiça do Trabalho, também houve uma queda de 5% na taxa de congestionamento, durante o período de 2004 e 2007. Apesar da significativa redução na taxa de congestionamento do Poder Judiciário, contudo, ela não tem sido suficiente para garantir uma Justiça mais célere e efetiva.

Esses dados foram apresentados pelo conselheiro Mairan Maia, presidente da Comissão de Estatística e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, nesta segunda-feira (16/2), no 2º Encontro Nacional do Judiciário, em Belo Horizonte.

No painel “*A Gestão Estratégica como Mecanismo de Celeridade e Efetividade*”, o conselheiro Mairan Maia disse que “é necessário buscar outros modos de atuação para enfrentar o problema da morosidade da Justiça, além de identificar os gargalos para que sejam tomadas medidas precisas e sistemáticas, num cenário onde o processo contencioso individual como meio de solução de litígios está falido”.

Maia diz que para dar celeridade à Justiça é preciso evitar a demanda pré-processual, mapear as causas que geram maior impacto ao Poder Judiciário, identificando as demandas antes que elas cheguem ao litígio. Defendeu ainda o diálogo transparente com governos, empresas e grandes demandantes do Judiciário, como o Sistema Financeiro de Habitação, INSS, empresas de telefonia e outros setores.

Na fase processual, propôs julgamento em blocos, além de incentivos à conciliação judicial e formas de agilizar o cumprimento das decisões. Para isso, o conselheiro deu como exemplo, a utilização de sistemas criados pelo CNJ, como o Renajud, Infojud e o Bacenjud que agilizam a execução, principal problema da morosidade da Justiça do Trabalho.

Entre as propostas para agilizar a execução no 1º grau, o conselheiro Mairan Maia disse que é preciso “otimizar os recursos”, com alocação adequada de recursos materiais e tecnológicos, a busca de excelência na gestão dos custos de manutenção da máquina administrativa, com a utilização de instrumentos de aferição de investimentos sobre resultados alcançados.

Segundo os dados do *Justiça Aberta*, o maior gasto do Poder Judiciário ainda é com recursos humanos, chegando a ser entre 87% a 94% as despesas com pessoal nas Justiças do Trabalho, Federal e Estadual. “As pessoas são o maior patrimônio da Justiça, mas os excessos contaminam o Poder Judiciário”, afirmou o conselheiro. Por esta razão, ele aconselha investimentos maiores em modernização em Tecnologia da Informação e capacitação de magistrados e servidores.

Date Created

16/02/2009